

Gabinete da Deputada Estadual
Rose Davino

Assembleia Legislativa de Alagoas



PROTOCOLO GERAL 2300/2023
Data: 10/08/2023 - Horário: 16:01
Legislativo

Projeto de Lei Nº

Institui através da Escola de Governo de Alagoas – EGAL (SEPLAG) ou a outro órgão que a venha substituir, cursos de capacitação em Língua Brasileira de Sinais – LIBRAS, para os servidores públicos do estado de Alagoas

Art. 1º - Institui através da Escola de Governo de Alagoas – EGAL, da Secretaria de Estado do Planejamento e Gestão ou a outro órgão que a venha substituir, cursos de capacitação em Língua Brasileira de Sinais – LIBRAS, para os servidores públicos do estado de Alagoas que exercem atividades de atendimento direto com o público, assim como, profissionais da educação, saúde, assistência social e segurança pública.

Art.2º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das sessões, 08 de agosto de 2023



Rose Davino
Deputada Estadual

Gabinete da Deputada Estadual
Rose Davino

Justificativa

Sempre que houver demanda social pela melhoria de vida da população, cabe ao parlamento construir legislação que garanta a proteção e defesa da saúde, bem como à integração social da pessoa com deficiência, conforme preceitua o disposto no artigo 24, incisos XII e XIV, da Constituição Federal.

Segundo a Organização Mundial da Saúde (OMS) no Brasil, há mais de 10,7 milhões de pessoas com deficiência auditiva, com a estimativa de que em torno de 2,3 milhões tenham deficiência auditiva severa;

A comunicação por Libras (Língua Brasileira de Sinais) é de extrema importância porque permite a inclusão e o acesso à informação para pessoas surdas ou com deficiência auditiva. Ela promove a igualdade de oportunidades, facilita a interação social e contribui para a formação de uma sociedade mais inclusiva e respeitosa com a diversidade. Além disso, a Libras é reconhecida como uma língua oficial no Brasil desde 2002, reforçando seu valor e relevância na comunicação e expressão das pessoas surdas.

No serviço público a linguagem – LIBRAS, se reveste de uma importância incontestável, por ser um instrumento utilizado para que pessoas surdas possam ter maior acessibilidade as ações e serviços prestados pelo estado.

O Presente Projeto de Lei tem por objeto garantir a capacitação dos servidores públicos em todas as áreas de atuação do estado, para que estejam aptos para se comunicar com a população com deficiência auditiva, assegurando-lhes o suporte devido desde um atendimento corriqueiro até mesmo nas situações emergenciais.



Rose Davino

Deputada Estadual